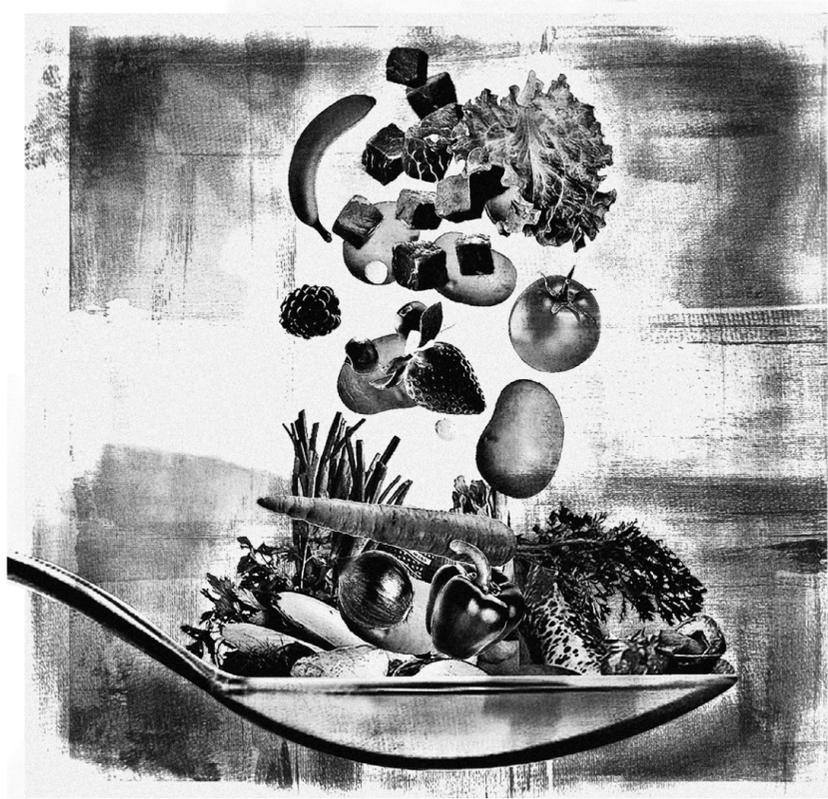


O ano de uma ação decisiva e global contra a fome



» WELLINGTON DIAS

Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Quando assumi a presidência do G20, o Brasil propôs, de forma inovadora, que os países mais ricos do mundo criassem uma força-tarefa para uma Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza. O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome foi um dos responsáveis por colocar de pé essa Aliança, criada e lançada agora em novembro durante a reunião da Cúpula do G20, no Rio de Janeiro. Embora criada no âmbito do G20, da Aliança todos podem participar, ela já nasceu grande: com 148 membros fundadores e tendo como missão reduzir a fome e a pobreza até 2030.

A iniciativa, que prioriza a transição para uma sociedade mais justa e inclusiva, visa garantir mais igualdade no mundo e que ninguém seja deixado para trás! Esse objetivo tem sido o norte do nosso governo desde o primeiro dia da atual gestão. Ao assumir a Presidência da República em 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva abraçou o desafio de erradicar a fome e a miséria, realidades que afligiam, em 2022, pelo menos 33,1 milhões de brasileiros. A meta de tirar o Brasil do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU), como já foi conquistada em 2014 sob o comando do presidente Lula, tornou-se uma prioridade novamente.

Para atingir essa meta, o governo federal, sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS), lançou o

Plano Brasil Sem Fome. Tivemos a oportunidade de compartilhar com o mundo nossas políticas públicas bem-sucedidas, como o Programa Bolsa Família, o Cadastro Único, o Programa Nacional da Alimentação Escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos. Mostramos que o combate à fome se faz integrando proteção social, saúde, educação, qualificação profissional e empreendedorismo, para assegurar às famílias inclusão socioeconômica. O social integrado com o econômico.

A redução de 85% da insegurança alimentar severa e a retirada de mais de 24 milhões de pessoas da fome mostram que o Plano Brasil Sem Fome está na direção certa para antecipar sua meta e tirar o Brasil novamente do Mapa da Fome até 2026. Também reduzimos a pobreza abaixo da metade. E com crescimento econômico e inclusão do público do Bolsa Família e Cadastro Único, alcançando 15 milhões de admissões para o trabalho e 74% das vagas de emprego no saldo positivo do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do ano passado para cá.

Nesse último ano, nosso país mostrou e reforçou para o mundo a visão de que a segurança alimentar é um direito humano e que a colaboração internacional é essencial para a construção de um futuro sem fome. Essa perspectiva transformou a luta contra a fome em uma prioridade global.

Aliança Global contra a Fome e a Pobreza

já é uma realidade e vai operar com foco na mobilização e coordenação de recursos, com forte apoio dos países mais ricos, fundos privados e organismos e instituições financeiras internacionais, para políticas públicas baseadas em evidências, adaptadas às realidades de cada país-membro. Os bilhões descarregados hoje para armamentismo, guerras e conflitos, serão direcionados para as batalhas que interessam à humanidade: a erradicação da fome e da pobreza!

Nesse contexto de crescente desigualdade e desafios globais, o Brasil se coloca como protagonista na construção de uma agenda mundial de proteção social e segurança alimentar. E com o compromisso de deixar para trás a fome e a pobreza que ainda afligem milhões ao redor do mundo.

Vivemos um marco histórico. A Aliança, criada a partir da visão do presidente Lula, está pronta para transformar vidas e construir um futuro livre da fome e da pobreza extrema. Esse não é apenas mais um fórum de discussão, mas um mecanismo concreto para canalizar conhecimento e financiamento de forma eficaz, alcançando aqueles que mais necessitam.

Com o apoio da Aliança Global e o engajamento do Brasil no G20, o ano de 2024 se projetou como um marco na luta pela retomada dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 2030.

A extrema-direita e o punhal verde amarelo

» JEFFERSON RODRIGUES BARBOSA

Professor de teoria política contemporânea do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Universidade Estadual Paulista (Unesp)

Preparação de importantes membros do governo Bolsonaro e de suas bases de apoiadores para a execução de um golpe de Estado ficou mais evidente diante do avanço das investigações da Polícia Federal, que indiciou o ex-presidente, ex-ministros, militares de alta patente, sendo, ao todo, 37 suspeitos. A Procuradoria-Geral da República recebeu os conteúdos das investigações e, após análise, pode encaminhar ao Supremo Tribunal Federal (STF), que deve julgar e condenar os envolvidos no chamado Plano Punhal Verde e Amarelo.

De fato, a mobilização da extrema-direita e a agenda de seus líderes têm pontos comuns que são sempre lembrados pelos cientistas políticos, como o discurso de descrédito às instituições políticas, a negação de valores democráticos, colocando-se como portadores de uma nova política contra a velha política, e como defensores do povo contra as elites, usando retóricas nacionalistas que falseiam um discurso ultraliberal e conservador no sentido da pauta dos costumes.

Mas, segundo a concepção do conceito de extrema-direita, ele se divide em dois agrupamentos. A direita radical, como uma tendência que utiliza o sistema eleitoral e participa dos processos eleitorais. E a vertente chamada ultradireita radical, que é muito mais tributária das experiências de caráter fascista, negando ou se contrapondo às instituições representativas, apoiando regimes de estado de exceção e propensa a práticas mais explícitas e intensas de violência.

O movimento bolsonarista no Brasil e seus líderes podem ser pensados sob essa segunda definição conceitual, acrescida de uma outra terminologia. Entre os diferentes tipos de ditadura entendida como formas de estado de

exceção, as ditaduras militares representam um tipo específico de regime político. Bolsonaristas são exemplos de uma extrema-direita atuante que, enquanto ultradireita radical, defende o intervencionismo militar por meios violentos. O andamento e o resultado das investigações da PF e as possíveis condenações serão decisivos para a contenção dessas lideranças e dos movimentos e militantes que os apoiam.

Esses fatos gravíssimos não podem ser dissociados de outros elementos da ação golpista. As condições para a efetivação do impedimento da posse do candidato vitorioso Lula foram organizadas em diferentes níveis. Interessante é observarmos que o ataque às sedes dos Três Poderes, no 8 de janeiro de 2023, foi um elemento tático com potencial capacidade de mobilizar as autoridades e forças de segurança para a denominada intervenção militar para a Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

Buscando construir consensos acerca de uma fraude eleitoral, não comparecendo à cerimônia de posse e incentivando seus eleitores a recusar o resultado eleitoral, Bolsonaro deve ser responsabilizado por incitar seus eleitores e apoiadores mais engajados a confrontar seus inimigos políticos (petistas) e a executar práticas de violência. Pois, a apologia às armas, o lema fascista "Deus, Pátria, Família" e a apologia ao período da ditadura militar não eram somente slogans de marketing político e campanha publicitária. São valores que contribuem para a formação dos militantes.

Quando observamos estarecidos a notícia sobre a tentativa de ação terrorista com um militante lançando bombas contra o STF, tragicamente, tirando sua vida em seguida, obviamente as lembranças de ataques de ativistas de extrema-direita nos Estados Unidos e na Europa

nos vêm à lembrança. Os chamados lobos solitários são aqueles que promovem ações de tipo terrorista motivados por valores de extremismo político, nacionalismo fanatizado, fundamentalismo religioso e/ou racial. Porém, aqui, esse não foi um fato isolado. Ações violentas tipificadas como atos de terrorismo foram efetuadas por outros militantes, segundo relatório da CPI do 8 de janeiro.

O retrospecto aqui apresentado tem a intenção de evidenciar que os novos fatos em ampla cobertura dos jornais nacionais e estrangeiros, a prisão recente de militares e policiais que estavam organizando condições para o assassinato do presidente eleito e do seu vice, além de um ministro do STF, assim como o indiciamento do próprio Jair Bolsonaro, de seu candidato a vice e outros integrantes do seu governo e das Forças Armadas, revelam o nível elevado de organização para a tentativa de golpe de Estado. Sendo comprovado pela PF que a preparação e o planejamento das tentativas de assassinato foram realizados na casa do general Braga Neto, candidato a vice-presidente de Bolsonaro, esses fatos são ainda mais graves.

Não são surpreendentes a omissão e o apoio da base de apoiadores e militantes bolsonaristas aos seus líderes, mesmo diante dessas denúncias e investigações. Os apoiadores mais mobilizados e fanatizados acreditam que as eleições foram fraudadas, que o Brasil vive uma ditadura comunista liderada pelo PT e que Bolsonaro, os detidos e os condenados, investigados e indiciados são perseguidos políticos e estão em luta para salvar o Brasil. A vitória de Donald Trump nos Estados Unidos e a presidência de Javier Milei na Argentina fazem com que os "patriotas brasileiros" sintam que não estão sozinhos e que a luta é também internacional.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Vícios e virtudes

Dizer que todos os cidadãos de um país estão aptos para a participação política é uma coisa; outra é afirmar que todos os cidadãos estão aptos para assumir o governo e adotar as políticas que a nação anseia. Neste ponto, eleitores e eleitos deveriam se equivaler, pelo menos do ponto de vista ético. Não é por outra razão que a construção de uma democracia requer, desde seus primórdios, que, no seio da sociedade, haja uma comunidade moralmente boa. Esse pré-requisito é mais cobrado daqueles que, porventura, manifestarem o desejo de governar. É aí que a situação escala para outro patamar.

É impossível se alcançar uma pacificação social — outro pressuposto necessário para toda democracia — quando se verifica que aqueles grupos apoiadores de cidadãos sem escrúpulos políticos e que recorrem a instrumentos imorais têm os mesmos direitos políticos que quaisquer outros dentro da sociedade. Votar é, ou deveria ser, um exercício de cidadania. Como tal, seria restrita aos que gozam desse direito.

Nesse ponto, deixa de ser racionalmente ético permitir que indivíduos privados da liberdade por crimes de diversas naturezas possam exercer o direito de voto. Não pode haver um verdadeiro estabelecimento de paz e harmonia dentro da sociedade quando se observa que, mesmo dentro de presídios de alta segurança, a força do crime organizado influi, direta e indiretamente, nas eleições.

O prolongamento dos braços do crime organizado dentro da política, mesmo sob os olhares indiferentes das autoridades, produz, no seio da sociedade, um desânimo em relação às eleições, tornando o Legislativo ainda mais distante dos anseios da população. Há muito, sabe-se que a força do dinheiro tem dilapidado, entre nós e em outras partes do mundo, os valores democráticos, transformando a escolha de candidatos em uma verdadeira roleta-russa. Mais do que coerção, o Estado deve buscar e fazer prevalecer os valores e as virtudes democráticas, porque, sem eles, não pode haver coesão social. A questão se torna ainda mais difícil quando o Estado passa a considerar que a ética na política é uma questão menor. Embora o Estado seja, na sua origem, uma construção amoral, deveria caber a ele os requisitos para impedir que a imoralidade no trato da coisa pública contamine suas ações e razão de ser.

A descrença da população com relação às coisas da política tem origem na certeza de que é possível ascender as mais altas esferas da administração mesmo com as mãos sujas e um currículo de dar inveja aos criminosos mais perigosos. Isso, em outras palavras, torna claro que os vícios encontrados naqueles que assumem esses cargos passam a fazer parte consolidada do Estado, contaminando toda a máquina.

Para alguns estudiosos do assunto, o Estado, mesmo sendo uma construção humana, é um ente inumano e indiferente a sentimentos e outras manifestações de ordem moral. Mas como pode ele reger cidadãos que prezam pela ética pública? Qualquer um é aceito no leme e comando do Estado, desde que seu comportamento não afete a harmonia e a serenidade entre os cidadãos. Mas, ainda assim, esse é um processo perigoso para a democracia. Em se tratando da correlação entre o ser humano e o Estado, antes, é preciso estabelecer alguns parâmetros que façam os cidadãos perceberem que as ações do Estado são, justamente, aquelas que escolheriam para decidir fatos corriqueiros em seu cotidiano.

A Declaração dos Direitos Universais do Homem, aceita mundialmente, deve ser o ponto de partida e a essência a ser buscada quando da construção de um Estado moderno e eficiente. De alguma forma, essa capacidade do ser humano em cuidar de si e dos seus deve ser também transferida ao Estado, dando à entidade a capacidade de agir conforme esperam os homens, amparado e defendendo-os cada um, quando necessário. Claro que isso é o ideal. Mas o Estado desconhece o que seja ideal e age segundo o desejo daqueles que estão com a mão colada no leme. É aí que a questão se complica pela segunda vez.

Nesse ponto, os vícios e as virtudes humanas, quer queiramos ou não, são repassados ao Estado, e desse para os cidadãos. Aqui, verificamos que um mau Estado é sempre aquele que é comandado por indivíduos maus. O que não pode ser descartado aqui, a despeito de um Estado sem alma ou sentimentos, é que a ética deveria se constituir no principal leitmotiv (motivo condutor) do Estado. Sem ela, o mais avançado modelo de Estado não terá forças para avançar e ser o que deve ser. Esse é um problema para todos, principalmente para nós brasileiros.

A frase que foi pronunciada:

“Negar às pessoas os seus direitos humanos é desafiar a sua própria humanidade.”

Nelson Mandela

História de Brasília

Aqui, terminamos. E não queremos fazê-lo sem uma saudação ao dr. Juscelino e ao dr. Israel, sem os quais seria impossível a concretização da mudança da capital. A eles é grato, também, o Brasil. Uma comemoração dos serviços públicos em Brasília ocorreu um dia na Praça Municipal. (Publicada em 21/4/1962)